



QUESTÕES CONSULPLAN

Nesta bateria você encontrará uma lista de questões gabaritadas, aplicadas pela CONSULPLAN em concursos de Direito Eleitoral.

Lembre de conhecer nossa página do Facebook:

<https://www.facebook.com/eleitoralparaconcurso/>

Lista de Questões

Q1. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Edificações/2015

A obrigatoriedade do voto consiste em determinar que o cidadão compareça à seção eleitoral, assine a folha de presença e manifeste sua vontade na urna de votação, havendo, inclusive, sanção para sua ausência; sem a prova de que votou na última eleição ou pagou a respectiva multa ou ainda de que se justificou devidamente, NÃO poderá o eleitor

- a) obter comprovante de situação cadastral no CPF.
- b) obter registro de empresa da qual participe na Junta Comercial.
- c) participar de concorrência pública com relação à União Federal e suas autarquias.
- d) renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.

GABARITO: ANULADA

Q2. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Programação de Sistemas/2015

O princípio democrático encontra-se inscrito no Art. 1º parágrafo único da Constituição Brasileira que dispõe: "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Assinale a alternativa que contempla direito político que representa desdobramento direto deste princípio.

- a) Filiação partidária.
- b) Sufrágio capacitário.
- c) Iniciativa popular das leis.
- d) Referendo para aprovação de projeto de lei.

GABARITO: C

Q3. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Programação de Sistemas/2015

A Justiça Eleitoral é composta por distintos órgãos, os quais possuem composição e atribuições específicas. As atribuições do Corregedor Geral da Justiça Eleitoral são fixadas pelo

- a) Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Superior Tribunal de Justiça.
- d) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.



GABARITO: A

Q4. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Programação de Sistemas/2015

"O requerimento de alistamento eleitoral será preenchido no cartório eleitoral de acordo com os dados constantes do _____ apresentado pelo eleitor, através do qual se infira a _____ brasileira; o brasileiro _____ que não se alistar até os 19 anos incorrerá em multa." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) CPF / origem / alfabetizado
- b) comprovante / condição / capaz
- c) documento / nacionalidade / nato
- d) título / naturalidade / naturalizado

GABARITO: C

Q5. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Programação de Sistemas/2015

"Esculápio é médico radicado em município situado em região metropolitana de intensa atividade econômica há longos anos. Após ser diagnosticado com nível elevado de estresse, resolve transferir as suas atividades para o município W que possui cerca de cinco mil habitantes, passando a levar uma vida mais pacata. O médico integra-se por completo à sociedade local e decide contribuir para a atividade política, criando uma associação destinada a fiscalizar a atividade política. Um dos atos encampados pela sua associação foi o de solicitar ao Juiz com competência eleitoral a realização de prova de escolaridade básica com o intuito de comprovação da situação de eleitores e candidatos como analfabetos." Esse controle sobre a atuação política do analfabeto decorre do regime constitucional que estipula o(a)

- a) voto do analfabeto como obrigatório.
- b) exercício do voto pelo analfabeto sendo restrito.
- c) candidatura a cargo eletivo do analfabeto como vedada.
- d) analfabeto tendo cota para candidatar-se nas eleições municipais.

GABARITO: C

Q6. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Programação de Sistemas/2015

"Menelau, um jovem empresário, resolve participar ativamente da vida política e, após pesquisar o universo partidário entende que a ideologia que defende ficaria melhor divulgada através da criação de um novo partido político. Consulta advogado especializado em Direito Eleitoral que informa a existência de inúmeras exigências previstas constitucionalmente." Dentre estas exigências consta a

- a) defesa nos estatutos do regime democrático.
- b) possibilidade de financiamento externo de entidades governamentais.
- c) necessidade de prestação de contas aos partidos políticos já instituídos.
- d) regionalização dos seus quadros para representar os vários segmentos sociais.

GABARITO: A

Q7. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015



Os Tribunais Regionais Eleitorais possuem competência originária determinada pelo Código Eleitoral, dentre as quais encontram-se o registro e o cancelamento do registro das candidaturas a:

- a) Prefeito.
- b) Vereador.
- c) Conselheiro.
- d) Governador.

GABARITO: D

Q8. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

"G é governador do estado Y e pretende candidatar-se ao Senado." Nesse caso, de acordo com as normas constantes da Constituição Federal, deverá

- a) permanecer no cargo até o final do pleito.
- b) permanecer no cargo até um mês antes do pleito.
- c) renunciar ao mandato até três meses antes do pleito.
- d) renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.

GABARITO: D

Q9. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

"Fábio tem ciência de irregularidades na eleição proporcional ocorrida no estado Y e deseja obter informações sobre os requisitos para a impugnação de mandato eletivo. Assim, consulta a advogada Deise, especializada na área, que lhe responde que, nos termos da Constituição Federal, o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça _____ no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) Especial
- b) Federal
- c) Estadual
- d) Eleitoral

GABARITO: D

Q10. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

Os partidos políticos são dotados de autonomia e devem, nos seus estatutos, regular a disciplina e fidelidade partidária. Após a sua regular constituição de acordo com a lei civil deve, de acordo com a Constituição Federal, registrar seu estatuto no(a):

- a) Junta Eleitoral.
- b) Circunscrição Eleitoral.
- c) Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Tribunal Regional Eleitoral.

GABARITO: C





Q11. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

"J é Juiz Eleitoral sendo membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral VV e está sendo acusado de cometer crime eleitoral." Nos termos do Código Eleitoral, a competência para o seu julgamento será do:

- a) Tribunal Regional Eleitoral.
- b) Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

GABARITO: ANULADA

Q12. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

Os Juízes Eleitorais têm inúmeras competências de acordo com o Código Eleitoral, dentre as quais a de dividir a zona em

- a) áreas eleitorais.
- b) seções eleitorais.
- c) setores eleitorais.
- d) circunscrições eleitorais.

GABARITO: B

Q13. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

"De acordo com o Código Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral é formado por magistrados que têm origem em diversos outros órgãos do Poder Judiciário, vez que nosso sistema não possui uma carreira própria para a magistratura eleitoral. Na composição do Tribunal Superior Eleitoral atuam _____ ministros dentre os do Supremo Tribunal Federal." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) dois
- b) três
- c) quatro
- d) cinco

GABARITO: B

Q14. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

Dentre as competências do Tribunal Regional Eleitoral está a de elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração, a fim de que estes atendam às peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar ou impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior. Nesse caso, de acordo com o Código Eleitoral, o Tribunal deverá ouvir

- a) os Juízes.
- b) as Juntas.
- c) os partidos.
- d) a sociedade.

GABARITO: C

**Q15. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015**

"Pedro pretende integrar o Tribunal Regional Eleitoral na categoria de jurista. Após contatar seus colegas advogados, verifica que existe a necessidade de integrar uma lista de acesso para sua nomeação. Nos termos do Código Eleitoral, caso tenha sucesso, o procedimento que redundará na sua nomeação, ocorrerá pelo ato de escolha do _____ de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) Governador do Estado
- b) Presidente da República
- c) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
- d) Presidente do Supremo Tribunal Federal

GABARITO: B**Q16. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015**

Existem pessoas, por variados motivos, cujo alistamento eleitoral é proibido ou facultativo. Em razão disso, dentre as competências dos Juízes Eleitorais está fornecer, de acordo com o Código Eleitoral:

- a) Certificado de isenção.
- b) Declaração de idoneidade.
- c) Certificado de irreelegibilidade.
- d) Documento de desincompatibilização.

GABARITO: A**Q17. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015**

Nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997, havendo empate na votação para o segundo lugar, o critério de desempate favorecerá o candidato mais

- a) idoso.
- b) probo.
- c) jovem.
- d) qualificado.

GABARITO: A**Q18. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015**

"A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico. Na votação para as eleições proporcionais, os votos em que não seja possível a identificação do candidato, de acordo com a Lei Federal nº 9.504/1997, serão computados para o partido _____, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) coligado
- b) majoritário
- c) minoritário
- d) do candidato





GABARITO: D

Q19. CONSULPLAN/TRE-MG/TJAA/2015

Nos termos da Resolução TSE nº 21.538/2003 incorrerá em multa imposta pelo Juiz Eleitoral e cobrada no ato da inscrição, o brasileiro nato que não se alistar até os

- a) 16 anos.
- b) 17 anos.
- c) 18 anos.
- d) 19 anos.

GABARITO: D

Q20. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Programação de Sistemas/2015

A obrigatoriedade do voto consiste em determinar que o cidadão compareça à seção eleitoral, assine a folha de presença e manifeste sua vontade na urna de votação, havendo, inclusive, sanção para sua ausência; sem a prova de que votou na última eleição ou pagou a respectiva multa ou ainda de que se justificou devidamente, NÃO poderá o eleitor

- a) obter comprovante de situação cadastral no CPF.
- b) obter registro de empresa da qual participe na Junta Comercial.
- c) participar de concorrência pública com relação à União Federal e suas autarquias.
- d) renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.

GABARITO: ANULADA

Q21. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Contabilidade/2015

A Lei nº 9096/1995 dispõe que o partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por

- a) entidade de classe ou sindical.
- b) entidade ou governos estrangeiros.
- c) multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas.
- d) autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais.

GABARITO: C

Q22. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Contabilidade/2015

O partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas. O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até

- a) 30 de abril do ano seguinte.
- b) 2 de janeiro do ano seguinte.
- c) 31 de outubro do ano corrente.





d) 31 de dezembro do ano corrente.

GABARITO: A

Q23. CONSULPLAN/TRE-MG/TJ-Contabilidade/2015

A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo: pela aprovação, quando estiverem regulares; pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade; pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade; pela não prestação, quando não apresentadas as contas após a notificação emitida pela Justiça Eleitoral. Caso a decisão seja pela não prestação, constará obrigação expressa de prestar as suas contas, contas de campanha, no prazo de

- a) sete dias úteis.
- b) vinte e quatro horas.
- c) setenta e duas horas.
- d) oito dias antes da diplomação.

GABARITO: C

Q24. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013

Na organização da Justiça Eleitoral atuam magistrados titulares e magistrados substitutos. É correto afirmar que os magistrados

- a) titulares e substitutos são escolhidos em número igual e na mesma ocasião.
- b) titulares são nomeados concomitantemente para atuar em mandato de dois anos, com recondução livre.
- c) titulares e os magistrados substitutos não são protegidos pelas garantias da magistratura por atuar em área especial.
- d) titulares podem ser reconduzidos, por mais de dois biênios, como magistrados substitutos a qualquer tribunal eleitoral.
- e) titulares e substitutos atuam, ao mesmo tempo, em sessões conjuntas convocadas pelo presidente do tribunal eleitoral.

GABARITO: A

Q25. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013

A Lei Complementar nº 64, de 1990, estabelece, de acordo com o Art. 14, §9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Em 2010, foi publicada a Lei Complementar nº 135, alterando a Lei Complementar nº 64, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Competindo à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade, nos termos das referidas leis complementares, é correto afirmar que

- a) quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice- Presidente da República, a Senador e a Deputado Federal, a arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- b) transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.



- c) caberá a qualquer cidadão, candidato, partido político, coligação ou Ministério Público, no prazo de cinco dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
- d) a declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, mas a destes não atingirá aqueles.
- e) quando se tratar de candidato a Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, a arguição de inelegibilidade será feita perante os Tribunais Regionais Eleitorais.

GABARITO: B

Q26. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013

Segundo o Art. 31 da Lei nº 9.096, de 1995, é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoas ou entidades enumeradas em seus incisos. Assinale, dentre as hipóteses a seguir, aquela em que a contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro recebido pelo partido político NÃO contraria a vedação legal prevista no citado dispositivo legal.

- a) O partido político recebe doações de um Governador de Estado, que pretende, assim que possível, filiar-se a ele.
- b) O partido político recebe contribuição estimável em dinheiro de Concessionária de Serviços de Energia Elétrica.
- c) O partido político recebe valores doados por um cidadão dos Estados Unidos da América, que tem amigos brasileiros filiados ao partido.
- d) O partido político recebe doação do governo da Alemanha para a formação do seu fundo partidário, porque se alinha à ideologia do governo do citado país.
- e) O partido político recebe auxílio pecuniário do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que entendeu por bem contribuir para a campanha dos candidatos do partido.

GABARITO: C

Q27. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013

A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral nos seguintes prazos, contados a partir da veiculação da ofensa, a saber:

- a) Vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito ou da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.
- b) Vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito e da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e quarenta e oito horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.
- c) Quarenta e oito horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito e da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.



d) Vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito, quarenta e oito horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.

e) Vinte e quatro horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, quarenta e oito horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito, e setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.

GABARITO: D

Q28. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013

A respeito da filiação partidária, de acordo com a legislação atualmente em vigor, é correto afirmar que

a) apenas as pessoas maiores e capazes, em pleno gozo de seus direitos políticos, podem se filiar a partido político.

b) o cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se somente nos casos de morte, perda dos direitos políticos e expulsão.

c) é proibido ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

d) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

e) se um eleitor, já filiado em um partido político, quiser se filiar em outro, basta que o requeira ao novo partido, desde que atenda às suas regras estatutárias, sendo cancelada a filiação anterior automaticamente.

GABARITO: D

Q29. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013

A propaganda política eleitoral é autorizada e regulamentada pela Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece limites e possibilidades para sua realização. Acerca da propaganda eleitoral antecipada, segundo a Lei nº 9.504/97, marque a afirmativa correta.

a) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a realização de prévias partidárias e sua divulgação à população em geral, pelos instrumentos de comunicação.

b) Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.

c) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição, no entanto, ao postulante à candidatura a cargo eletivo, é permitida a realização, a qualquer tempo antes da escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.

d) A realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e as despesas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, planos de governos ou alianças partidárias visando às eleições, se realizadas antes do mês que antecede a escolha dos candidatos pelos partidos políticos, será considerada propaganda eleitoral antecipada.

e) Será considerada propaganda eleitoral antecipada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na Internet, com a exposição de plataformas e projetos políticos, ainda que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico.

**GABARITO: B****Q30. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013**

Em relação à propaganda política eleitoral, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.504, de 1997.

- a) Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, somente é permitida a colocação de propaganda eleitoral que não lhes cause dano.
- b) Depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.
- c) É permitida, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda, como bandeiras, broches, dísticos e adesivos, com ou sem utilização de veículos, desde que silenciosa.
- d) Em cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, desde que de propriedade privada, é permitida a veiculação de propaganda política eleitoral, devendo ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade.
- e) Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a 4 m² (quatro metros quadrados) e que não contrariem a legislação eleitoral.

GABARITO: E**Q31. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013**

Sobre os órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal Superior Eleitoral, composto por sete juízes, todos magistrados de carreira, tem sede em Brasília e jurisdição em todo o País.
- b) Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.
- c) Dos sete juízes que compõem o Tribunal Superior Eleitoral, três são escolhidos entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que serão necessariamente eleitos e nomeados Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral.
- d) Os juízes do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- e) Além do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, também são órgãos da Justiça Eleitoral os Juízes Eleitorais, que devem ser juízes de direito, designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais para exercer a jurisdição eleitoral em determinada zona eleitoral, as Juntas Eleitorais, da qual é presidente o Juiz Eleitoral, e o Ministério Público Eleitoral.

GABARITO: D

**Q32. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAA/2013**

Determinadas condutas especificadas na legislação eleitoral são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, porque tendem a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais. A esse respeito, é correto afirmar que

- a) é proibido fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos, ainda que apenas para a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.
- b) é proibido ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, mesmo para a realização de convenção partidária.
- c) é proibido ceder servidor público ou empregado da Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor ou empregado esteja licenciado.
- d) é proibida, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança e a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- e) é proibido realizar, nos três meses que antecedem o pleito, a transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal pré-existente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma pré-fixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

GABARITO: E**Q33. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013**

A chamada "Lei da Ficha Limpa", publicada em junho de 2010, trouxe inovações no regime das inelegibilidades, mediante alterações à Lei Complementar 64/90. Foram introduzidas novas causas de inelegibilidade e modificados prazos de incidência de algumas hipóteses já existentes. Com relação ao tema, à luz da legislação vigente, é correto afirmar que ficam inelegíveis os que forem

- a) declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 10 anos.
- b) demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.
- c) condenados por crimes contra a administração pública ou o patrimônio público, em decisão transitada em julgado ou proferida por juízo singular, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena.
- d) excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 10 anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário.
- e) condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por juízo singular, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o decurso do prazo de 10 anos após o cumprimento da sanção.



GABARITO: B

Q34. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

A Resolução TSE 22.610/2007 disciplina o processo de perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa e de justificação de desfiliação partidária. Essa Resolução nasceu de consultas formuladas junto ao Tribunal Superior Eleitoral a respeito dos efeitos da infidelidade partidária. Sua constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Imagine-se que determinado Senador da República, representante do Estado de Minas Gerais, deixa, injustificadamente, o partido pelo qual se elegeu e, a seguir, filia-se a uma outra entidade partidária. Inconformado, seu partido de origem almeja reaver o mandato. Na hipótese, de conformidade com a Resolução TSE 22.610/2007, será competente para receber e examinar a pretensão do partido pelo qual se elegeu o Senador, o

- a) Senado Federal.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
- e) Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

GABARITO: C

Q35. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

Atualmente, há cerca de 30 partidos políticos regularmente registrados e em funcionamento no Brasil. Trata-se de pessoas jurídicas de direito privado que desempenham importante papel no concerto democrático. A respeito das regras aplicáveis aos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- a) Os recursos do Fundo Partidário são distribuídos, de forma paritária, aos órgãos nacionais de todos os partidos.
- b) É expressamente vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar e adotar uniforme para seus membros.
- c) O partido político, após adquirir personalidade jurídica, registra seu estatuto no Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que funcionar sua sede.
- d) Diante do interesse público inerente a sua atuação, ao partido político não se assegura autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, que são inteiramente delimitados pela Justiça Eleitoral.
- e) É livre a criação, fusão e incorporação de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. A extinção de um partido, no entanto, depende de aprovação do Congresso Nacional.

GABARITO: B

Q36. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

A propaganda eleitoral, indispensável ao regime democrático, é norteadada pelo princípio da igualdade entre os candidatos. Nos últimos anos, tem crescido o papel da Internet e das redes sociais na divulgação de candidaturas e na difusão de nomes, projetos e programas. Mas as práticas nem sempre se mostram afinadas com as regras legais sobre o tema e podem constituir infrações eleitorais. Em relação à propaganda eleitoral pela Internet, assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação atualmente em vigor.





- a) Pode ser realizada em qualquer época de um ano eleitoral.
- b) É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.
- c) Não pode ser realizada por meio de mensagens eletrônicas para endereços cadastrados por candidato, partido ou coligação.
- d) Admite-se a difusão de propaganda eleitoral em sítios de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, desde que sem fins lucrativos.
- e) Ainda que o conteúdo seja gerado por candidatos ou partidos, é proibida a propaganda por meio de blogs ou redes sociais nos três meses que antecederem ao pleito.

GABARITO: B

Q37. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

A Justiça Eleitoral brasileira completa 81 anos de existência em 2013. Suas competências, atribuições, estruturação e composição são peculiares. No que tange à composição e à organização de nossos Tribunais Eleitorais, assinale a alternativa correta.

- a) A presidência dos Tribunais Regionais Eleitorais pode ser exercida por qualquer de seus membros, mediante eleição secreta.
- b) Composto por sete Ministros, o Tribunal Superior Eleitoral é sempre presidido por um Ministro oriundo do Supremo Tribunal Federal.
- c) Pelo menos dois dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral devem ser Juízes de carreira, um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Em observância ao chamado "quinto constitucional", integra o Tribunal Superior Eleitoral um Promotor de Justiça ou um Procurador da República indicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) Nos Tribunais Regionais Eleitorais, há sempre sete membros, dos quais um advogado, nomeado pelo Governador do Estado, e um Promotor de Justiça, indicado pelo Procurador Regional Eleitoral ao Procurador-Geral de Justiça

GABARITO: B

Q38. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

Os crimes eleitorais estão tipificados não apenas no Código Eleitoral, mas também na Lei das Eleições, na Lei das Inelegibilidades, entre outras normas. No dia do pleito, para que a manifestação do eleitorado seja a mais livre possível, há certas restrições impostas pela legislação. Determinadas condutas podem caracterizar a prática de crime. Especificamente sobre o chamado crime de "boca de urna" e demais práticas delitivas no dia da eleição, assinale a alternativa correta.

- a) O uso de alto-falantes e de amplificadores de som só é admitido à distância mínima de 200 metros dos locais de votação.
- b) A distribuição de material gráfico só é autorizada até as 8 horas da manhã do dia da eleição, antes do início do processo de votação.
- c) A "boca de urna" constitui crime inafiançável, cujos autores não podem ser beneficiados com transação penal, em virtude das elevadas penas aplicáveis.
- d) Admite-se a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político ou candidato, desde que revelada, exclusivamente, pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.



e) Para a realização de comício ou carreata, o candidato, partido ou coligação responsável pelo ato deve comunicar à autoridade policial, no mínimo, 24 horas antes, a fim de que seja assegurada, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem pretenda usar o local no horário do dia da votação.

GABARITO: D

Q39. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

Os eleitos para ocupar mandatos eletivos no Brasil são definidos segundo os sistemas proporcional ou majoritário. As regras constitucionais e legais é que definem qual o princípio adotado, a depender do cargo. É correto afirmar que se elegem, necessariamente, por maioria absoluta todos os

- a) Vereadores.
- b) Deputados Federais.
- c) Prefeitos de Capitais
- d) Senadores da República.
- e) Governadores de Estado

GABARITO: E

Q40. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

Em outubro de 2014, o eleitorado brasileiro voltará às urnas para escolher representantes, a saber: Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Os futuros candidatos deverão registrar suas candidaturas oportunamente. Só assim, seus nomes serão submetidos à vontade popular. Os candidatos ao cargo de Deputado Federal devem formular o pedido de registro de candidatura junto ao(a)

- a) Câmara dos Deputados.
- b) Tribunal Regional Eleitoral.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Superior Eleitoral.
- e) Zona Eleitoral de seu domicílio.

GABARITO: B

Q41. CONSULPLAN/TRE-MG/AJAJ/2013

O Ministério Público Eleitoral desempenha importantes atribuições na defesa do regime democrático. Atua de diversas formas, nas fases do processo eleitoral. Em relação às atribuições do Ministério Público (MP), assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

- a) Nos processos de registro de candidaturas, o MP deve necessariamente emitir parecer, mas não é legitimado a impugnar candidaturas
- b) O MP é legitimado, juntamente com candidatos, partidos e coligações, a ajuizar representação por propaganda eleitoral irregular.
- c) A atuação do MP no processo penal eleitoral é supletiva, já que a legitimação para deflagrar ações penais eleitorais é, por primazia, dos próprios candidatos.



d) O MP deve ser previamente ouvido nos casos de abertura de investigação judicial eleitoral, cuja iniciativa é limitada a candidatos, afastada a legitimação ativa de partidos políticos.

e) Nos casos de desfiliação partidária sem justa causa (infidelidade partidária), a legitimação ativa é do MP e, apenas na sua inércia, surge a legitimação subsidiária dos partidos políticos para a perda do cargo eletivo.

GABARITO: B

Q42. CONSULPLAN/TSE/AJ-Análise de Sistemas/2012

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, analise.

I. A transferência do eleitor só será admitida após, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.

II. A transferência só será admitida ao eleitor com residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.

III. O disposto nas afirmativas I e II não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO: B

Q43. CONSULPLAN/TSE/AJ-Análise de Sistemas/2012

Em relação ao acesso às informações constantes do cadastro do eleitor, com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, é INCORRETO afirmar que

- a) as informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas.
- b) em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.
- c) o uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas.
- d) os tribunais e juízes eleitorais poderão autorizar o fornecimento a interessados, em qualquer hipótese, dos dados relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral.

GABARITO: D

Q44. CONSULPLAN/TSE/AJ-Análise de Sistemas/2012

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, em relação à hipótese de ilícito penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, o processo deverá ser remetido, pela autoridade judiciária competente, à Polícia Federal para instauração de inquérito policial.





- b) Arquivado o inquérito ou julgada a ação penal, o juiz eleitoral comunicará, sendo o caso, a decisão tomada à autoridade judiciária que determinou sua instauração, com a finalidade de tornar possível a adoção de medidas cabíveis na esfera administrativa
- c) Não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na unidade regional do Departamento de Polícia Federal na localidade onde tiver jurisdição o juiz eleitoral a quem couber decisão a respeito.
- d) A espécie, no que lhe for aplicável, será regida pelas disposições do Código Eleitoral e, subsidiariamente, pelas normas do Código de Processo Penal.

GABARITO: C

Q45. CONSULPLAN/TSE/AJ-Análise de Sistemas/2012

Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, é correto afirmar que

- a) os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de um biênio consecutivo.
- b) da homologação da respectiva convenção partidária até o registro definitivo da candidatura, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- c) os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- d) o número de juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até doze, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.

GABARITO: C

Q46. CONSULPLAN/TSE/AJ-Análise de Sistemas/2012

Com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, NÃO compete ao juiz eleitoral

- a) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais.
- b) fazer as diligências que julgar necessárias à ordem e presteza do serviço eleitoral.
- c) indicar, para aprovação do Tribunal Regional, a serventia de justiça que deve ter o anexo da escrivania eleitoral.
- d) representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados.

GABARITO: D

Q47. CONSULPLAN/TSE/AJAA/2012

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, analise.

- I. A transferência do eleitor só será admitida após, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- II. A transferência só será admitida ao eleitor com residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.



III. O disposto nas afirmativas I e II não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO: B

Q48. CONSULPLAN/TSE/AJAA/2012

A respeito dos Tribunais e Juízes Eleitorais, é correto afirmar que

- a) os órgãos da Justiça Eleitoral são o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- b) o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é escolhido dentre os membros mais votados dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) como órgão máximo da justiça eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral não admite recurso para as suas decisões, sequer para as denegatórias de habeas corpus.
- d) no caso dos Tribunais Regionais Eleitorais, os recursos contra suas decisões não são admitidos quando eles versam sobre divergência de interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.

GABARITO: A

Q49. CONSULPLAN/TSE/AJAA/2012

João, 28 anos de idade, brasileiro nato, em dia com suas obrigações eleitorais e preenchendo todos os requisitos de elegibilidade; decide se candidatar a cargo político. Neste caso, João pode se candidatar aos seguintes cargos:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice- Prefeito e Vereador.
- b) Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice- Prefeito e Vereador.
- c) Governador e Vice-Governador de Estado, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
- d) Senador, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

GABARITO: B

Q50. CONSULPLAN/TSE/AJAA/2012

Nos termos da Constituição de 1988, a perda ou suspensão dos direitos políticos pode ocorrer devido à (ao)

- a) condenação criminal, mesmo que sem trânsito em julgado da sentença.
- b) incapacidade civil, em qualquer de suas manifestações.
- c) improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em lei.
- d) cancelamento da naturalização, por decisão irrecorrível do TRE.





GABARITO: C

Q51. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

Na Convenção do partido político "X", o Deputado Justo Veríssimo, infeliz por seu assessor parlamentar não ter sido escolhido como principal candidato a vereador para as próximas eleições, imbuído com o dolo de causar desordem aos trabalhos eleitorais que estavam sendo realizados, começa a gritar e tumultuar a votação partidária, causando efetivo transtorno ao desenvolvimento das atividades ali realizadas.

Nessa hipótese, é correto afirmar que o Deputado Justo Veríssimo

- a) cometeu o crime de impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio, previsto no artigo 297 do Código Eleitoral.
- b) cometeu o delito previsto no artigo 296 do Código Eleitoral, que prevê a conduta de promoção de desordem nos trabalhos eleitorais.
- c) cometeu o crime descrito no artigo 301 do Código Eleitoral, pois usou de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos.
- d) não cometeu crime eleitoral.

GABARITO: D

Q52. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

O crime de corrupção eleitoral está previsto no artigo 299 do Código Eleitoral, com a seguinte redação: "Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita." Acerca do crime supramencionado é correto afirmar que

- a) trata-se de crime material, em que se exige a ocorrência do resultado para a consumação do delito.
- b) para a caracterização do crime de corrupção eleitoral há a necessidade do agente ter o dolo específico (consciência e vontade) de obter ou dar voto e/ou de conseguir ou prometer abstenção.
- c) para a configuração do delito de corrupção eleitoral não se exige que o benefício seja concreto, individualizado, direcionado a uma ou mais pessoas determinadas.
- d) o artigo 41-A da Lei nº 9.504/97, que prevê a conduta de captação de sufrágio, alterou a disciplina penal pertinente ao crime de corrupção eleitoral.

GABARITO: B

Q53. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

Marco Túlio da Silva, vice-prefeito da cidade de Campo das Flores, que até hoje sempre se manteve nesta função, pretende se candidatar a vereador nas próximas eleições. Para garantir plenas condições para participar do pleito, é correto afirmar que Marco Túlio da Silva

- a) deverá renunciar ao cargo até seis meses antes da disputa eleitoral.
- b) mesmo se tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, poderá se candidatar.
- c) se não tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, não necessitará renunciar.



d) se não tiver substituído o titular nos últimos seis meses antes do pleito, deverá se licenciar 30 dias antes do pleito.

GABARITO: C

Q54. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

Marque a alternativa em que a segunda afirmativa vincula-se, em relação de pertinência lógica à primeira, estando ambas corretas.

- a) A Constituição brasileira adota a plena liberdade de criação de partidos políticos. O partido político é autônomo para decidir sobre normas relacionadas à sua estrutura interna e sobre fidelidade entre o parlamentar que o compõe e o parlamento.
- b) A Constituição brasileira permite que os partidos políticos tenham âmbito regional, desde que obedecida a soberania nacional. Em função da abrangência do partido político, ele poderá ou não receber recursos do Fundo Partidário.
- c) Os partidos políticos, dentro da autonomia que possuem, podem estabelecer normas de fidelidade partidária. A disciplina estatutária relativa à fidelidade partidária é a que regula as relações entre o partido e o afiliado.
- d) Os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. O registro dos estatutos dos partidos políticos é requisito para que adquiram personalidade jurídica.

GABARITO: C

Q55. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

Considere as alternativas e assinale aquela em que haja duas afirmativas verdadeiras que se completem:

- a) A jurisdição em Zona Eleitoral cabe a um Juiz de Direito / o qual só pode ser substituído por outro juiz que goze das prerrogativas de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) O juiz eleitoral tem a competência para nomear os membros das mesas receptoras de votos / podendo excepcionalmente indicar para mesário menor entre 16 e 18 anos.
- c) As juntas eleitorais serão formadas pelo juiz eleitoral e por 2 ou 4 cidadãos de notória idoneidade / não podendo ser escolhidos entre agentes ou autoridades policiais.
- d) A infração cometida por menor imputável, equiparada a crime eleitoral é de competência do Juiz Eleitoral / mesmo que o magistrado não tenha competência para infância e juventude.

GABARITO: ANULADA

Q56. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

José foi empossado como Juiz da Justiça Eleitoral do Estado "Y". Durante seu mandato, José se envolveu em uma discussão de trânsito que culminou na agressão ao cidadão João. Da agressão advieram lesões corporais de natureza grave à vítima. Nessa situação, o órgão competente para julgamento de José será

- a) Justiça de 1º grau.
- b) Tribunal – 2º grau.
- c) Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Conselho Nacional de Justiça.

**GABARITO: B****Q57. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012**

O conceito de domicílio eleitoral é

- a) igual ao conceito de domicílio do direito civil.
- b) idêntico ao conceito de residência do direito civil.
- c) o local onde o eleitor exerce sua profissão.
- d) o lugar onde o eleitor possui moradia ou residência.

GABARITO: D**Q58. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012**

Ernesto Matias, cantor de música sertaneja, é candidato ao cargo de vereador no pleito municipal. Entretanto, em função do art. 39, § 7º da Lei nº 9.504/97, que veda especificamente a realização de showmício de candidatos com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral, o candidato poderá continuar se apresentando

- a) desde que de forma gratuita.
- b) sem efetuar menção à candidatura ou eleição.
- c) apenas em eventos de caráter privado.
- d) apenas em shows fechados.

GABARITO: B**Q59. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012**

José requer ao Juiz Eleitoral a transferência de seu título, conforme disposição do artigo 55 e seguintes do Código Eleitoral. A petição não foi instruída com o título anterior, pois José informou no arrazoado o extravio do referido título. Na hipótese de José não ter informado de forma veraz as informações em sua petição, com o fim específico de afetar o processo eleitoral, é correto afirmar que José

- a) cometeu o crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 350 do Código Eleitoral.
- b) cometeu o crime de falsificação de documento público para fins eleitorais, previsto no artigo 348 do Código Eleitoral.
- c) cometeu o crime de inscrição fraudulenta de eleitor, previsto no artigo 389 do Código Eleitoral.
- d) não cometeu crime.

GABARITO: A**Q60. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012**

Fulgêncio Baptista fez doação à campanha eleitoral de Ernesto Insurgente mediante transferência bancária, via Internet, sem assinar recibo. Neste caso,

- a) haverá vício insanável, eis que a lei obriga a assinatura do recibo.
- b) Fulgêncio poderá regularizar a situação, assinando o recibo.
- c) em qualquer hipótese, a transferência eletrônica de recursos dispensa o recibo.
- d) a transferência eletrônica, identificado o doador, dispensa a assinatura do recibo.





GABARITO: D

Q61. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

O eleitor José, que já havia votado em sua seção, compareceu em outra seção para tentar votar novamente. José não conseguiu votar, pois foi impedido pelo mesário João, que verificou que ele não constava na lista de eleitores daquela Zona Eleitoral. Nessa situação, é correto afirmar que José

- a) não cometeu crime.
- b) cometeu o crime de votar em seção eleitoral onde não está inscrito ou autorizado a votar – artigo 311 do Código Eleitoral.
- c) cometeu o crime de votação múltipla ou realizada em lugar de outrem – artigo 309 do Código Eleitoral.
- d) cometeu o crime de práticas irregulares que determinem a anulação da votação – artigo 310 do Código Eleitoral.

GABARITO: C

Q62. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

Dos crimes eleitorais relacionados, identifique aquele que NÃO pode ser classificado como crime próprio:

- a) Artigo 68 da Lei nº 9.504/97 – omissão de entrega de boletim de urna.
- b) Artigo 313 do Código Eleitoral – omissão na expedição do boletim de apuração.
- c) Artigo 310 do Código Eleitoral – práticas irregulares que determinem a anulação da votação.
- d) Artigo 309 do Código Eleitoral – votação múltipla ou realizada em lugar de outrem.

GABARITO: D

Q63. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

Conforme Lei nº 4737/1965, que institui o Código Eleitoral, é nula a votação quando

- I. for usada folha de votação falsa.
- II. o direito de fiscalização dos partidos for limitado.
- III. não for resguardado o sigilo do voto.
- IV. votar eleitor com falsa identidade.

Estão corretas apenas as alternativas

- a) I, II
- b) I, III
- c) II, III
- d) II, IV

GABARITO: B

Q64. CONSULPLAN/TSE/AJAJ/2012

No desenrolar do processo eleitoral para a Prefeitura de Arvoredo, o candidato a prefeito teve o registro indeferido, tendo sido deferido o registro do candidato a vice-prefeito. O



partido Delta, do qual fazem parte, quer que o candidato a vice-prefeito assuma a candidatura para prefeito. Neste caso,

- a) é possível que tal ocorra, desde que o candidato a vice- prefeito renuncie expressamente à sua candidatura a vice.
- b) é impossível admitir esta hipótese, visto que prefeito e vice compõem a mesma chapa.
- c) é impossível que isto ocorra, uma vez que o registro para vice-prefeito já foi analisado pelo Tribunal Eleitoral.
- d) é possível admitir esta substituição, desde que realizada outra convenção partidária.

GABARITO: A

Q65. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

Representam formas de exercício da soberania popular, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

- I. o referendo e a iniciativa popular.
- II. o referendo e o voto aberto.
- III. o plebiscito e o referendo.
- IV. o sufrágio e o voto indireto.

Estão corretas apenas as alternativas

- a) I, III
- b) II, III
- c) I, IV
- d) III, IV

GABARITO: A

Q66. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

De acordo com o Código Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por eleição e nomeação. Entre os eleitos, há

- a) dois advogados de notório saber.
- b) três desembargadores do Tribunal de Justiça.
- c) um membro do Ministério Público.
- d) dois juízes de Direito.

GABARITO: D

Q67. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

Com base no Código Eleitoral e suas atualizações, NÃO compete ao juiz eleitoral

- a) decidir habeas corpus e mandado de segurança, em matéria eleitoral, desde que essa competência não esteja atribuída privativamente a instância superior.
- b) representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados.
- c) tomar conhecimento das reclamações que lhe forem feitas verbalmente ou por escrito, reduzindo-as a termo, e determinando as providências que cada caso exigir.



d) fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais.

GABARITO: B

Q68. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

Com base na Resolução TSE 21.538, analise as afirmativas a seguir:

I. É facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.

II. O brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa imposta pelo juiz eleitoral e cobrada no ato da inscrição.

III. Não se aplicará a pena ao não alistado que requerer sua inscrição eleitoral até o quinquagésimo dia anterior à eleição subsequente à data em que completar 19 anos.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

GABARITO: A

Q69. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

Confúcio, um jovem politicamente ativo em sua cidade, fez seu alistamento aos 16 anos, para expressar, por meio do voto, sua indignação acerca da atual administração municipal. Em 2012, ano em que as eleições se verificarão, ele, também por dever constitucional, está prestando o serviço militar obrigatório. No dia da eleição, portando seu título eleitoral, Confúcio encaminha-se para a sua seção eleitoral e é impedido pelo presidente da mesa de votar. Agiu o presidente de forma correta?

- a) SIM
- b) NÃO

GABARITO: A

Q70. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

Patrício, brasileiro, casado, aos 34 anos, vice-governador de um estado da federação brasileira, nunca tendo assumido o cargo de chefe do executivo estadual, pretende uma candidatura à Presidência da República, antes de terminar seu atual mandato. Contagiada pelo espírito político do marido, Amália decide também concorrer a um cargo político, qual seja, de vereadora na capital do mesmo estado em que seu marido é o vice-governador. Preocupados com as implicações legais de uma possível decisão precipitada, o casal procura o assessor jurídico do partido, para dirimir algumas dúvidas sobre procedimento e possíveis vedações. Acerca das dúvidas sobre a possibilidade da candidatura,

- a) para que Amália possa concorrer ao cargo pretendido, Patrício deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- b) mesmo sendo cônjuge de Patrício, Amália será considerada elegível independente do afastamento de Patrício.

**GABARITO: B****Q71. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012**

José Maria, nascido em dezembro de 1992, filho do Prefeito de Rio Novo, eleito para a gestão 2009/2012, possui domicílio eleitoral na cidade circunvizinha de Rio Doce e pretende se candidatar a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais de 2012. Em janeiro de 2011, José Maria contraiu núpcias com Maria Rita, vereadora do município de Rio Bonito. Em fevereiro de 2011, a vereadora Maria Rita foi eleita Presidente da Câmara de seu município e, em julho de 2011, separou-se de fato de José Maria. No mês seguinte, José Maria finalizou o curso técnico em Topografia e constituiu união estável com Adriana Cláudia, servidora pública efetiva do município de Rio Novo. Em janeiro de 2012, o prefeito de Rio Novo veio a falecer. Permanecendo a situação acima descrita com todos os vínculos dos envolvidos acima mantidos (civil, funcional e eleitoral), e tendo todos os três municípios menos de 10.000 habitantes, conforme último censo divulgado.

José Maria poderá candidatar-se a prefeito em 2012 em pelo menos uma das três citadas?

- a) Sim.
- b) Não.

GABARITO: B**Q72. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012**

José Maria, nascido em dezembro de 1992, filho do Prefeito de Rio Novo, eleito para a gestão 2009/2012, possui domicílio eleitoral na cidade circunvizinha de Rio Doce e pretende se candidatar a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais de 2012. Em janeiro de 2011, José Maria contraiu núpcias com Maria Rita, vereadora do município de Rio Bonito. Em fevereiro de 2011, a vereadora Maria Rita foi eleita Presidente da Câmara de seu município e, em julho de 2011, separou-se de fato de José Maria. No mês seguinte, José Maria finalizou o curso técnico em Topografia e constituiu união estável com Adriana Cláudia, servidora pública efetiva do município de Rio Novo. Em janeiro de 2012, o prefeito de Rio Novo veio a falecer. Permanecendo a situação acima descrita com todos os vínculos dos envolvidos acima mantidos (civil, funcional e eleitoral), e tendo todos os três municípios menos de 10.000 habitantes, conforme último censo divulgado.

José Maria poderá candidatar-se a vereador na cidade de

- a) Rio Doce.
- b) Rio Novo.

GABARITO: A**Q73. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012**

José Maria, nascido em dezembro de 1992, filho do Prefeito de Rio Novo, eleito para a gestão 2009/2012, possui domicílio eleitoral na cidade circunvizinha de Rio Doce e pretende se candidatar a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais de 2012. Em janeiro de 2011, José Maria contraiu núpcias com Maria Rita, vereadora do município de Rio Bonito. Em fevereiro de 2011, a vereadora Maria Rita foi eleita Presidente da Câmara de seu município e, em julho de 2011, separou-se de fato de José Maria. No mês seguinte, José Maria finalizou o curso técnico em Topografia e constituiu união estável com Adriana Cláudia, servidora pública efetiva do município de Rio Novo. Em janeiro de 2012, o prefeito de Rio Novo veio a falecer. Permanecendo a situação acima descrita com todos os vínculos dos envolvidos acima mantidos (civil, funcional e eleitoral), e tendo todos os três municípios menos de 10.000 habitantes, conforme último censo divulgado.



A condição de ter se casado com Maria Rita e de ser filho do Prefeito de Rio Novo, recentemente falecido, impede José Maria de ser candidato a cargo eletivo no Legislativo do Município de Rio Doce?

- a) Sim.
- b) Não.

GABARITO: B

Q74. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

Para se eleger prefeito de qualquer município brasileiro, deve o cidadão possuir idade mínima de

- a) 21 anos.
- b) 18 anos.
- c) 30 anos.
- d) 35 anos.

GABARITO: A

Q75. CONSULPLAN/TSE/TJAA/2012

O Tribunal Superior Eleitoral denegou a segurança em ação mandamental impetrada por F.S., prefeito eleito de Rio das Flores, que buscava impugnar a decisão do Tribunal Regional Eleitoral e que determinou a cassação do mandato eletivo do político, em razão de condutas caracterizadoras de abuso de poder econômico. Em face da decisão proferida pelo TSE

- a) cabe recurso ordinário a ser apresentado perante ao STF (Supremo Tribunal Federal).
- b) cabe recurso especial a ser apresentado perante ao STJ (Superior Tribunal de Justiça).
- c) não cabe recurso, esgotada a última instância da Justiça Especializada.
- d) cabe embargo de divergência a ser apresentado perante ao STF (Supremo Tribunal Federal).

GABARITO: A

Q76. CONSULPLAN/TSE/TJ-Programação de Sistemas/2012

Acerca da legislação sobre a propaganda eleitoral no dia da eleição (artigo 39 e seguintes da Lei nº 9.504/97), é INCORRETO afirmar que

- a) constitui crime, no dia de eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata, bem como a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna.
- b) é vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.
- c) é permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, sendo vedado o uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.
- d) é vedada, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.





GABARITO: C

Q77. CONSULPLAN/TSE/TJ-Programação de Sistemas/2012

Analise as afirmativas.

- I. Os partidos políticos podem fiscalizar todas as fases do processo eleitoral, inclusive a totalização dos resultados.
- II. Os agentes públicos não podem ceder a candidatos o uso de bens móveis do Estado, exceto quando houver ressarcimento da despesa.
- III. A lei eleitoral proíbe a prestação de serviço social, custeada pelo Estado, nos três meses que antecedem a eleição.
- IV. A publicação de atos oficiais não caracteriza prática vedada de publicidade institucional nos três meses que antecedem o pleito.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, IV
- b) II, III
- c) I, III
- d) II, IV

GABARITO: A

Q78. CONSULPLAN/TSE/TJ-Programação de Sistemas/2012

Cleópatra, atual esposa de Marco Túlio, em segunda núpcias deste, pretende se candidatar à prefeita de Rio Bonito. Marco Túlio é o atual prefeito e se encontra em seu segundo mandato. Neste caso,

- a) Cleópatra é elegível, visto que é casada com Marco Túlio em segunda núpcias deste.
- b) Cleópatra é elegível, se não tiver dependência financeira de Marco Túlio.
- c) Cleópatra é inelegível, visto que Marco Túlio não se afastou do cargo.
- d) Cleópatra é inelegível, sendo hipótese de inelegibilidade reflexa.

GABARITO: D

Q79. CONSULPLAN/TSE/TJ-Programação de Sistemas/2012

É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de

- I. cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- II. incapacidade civil relativa.
- III. condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Assinale

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I, III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO: B

**Q80. CONSULPLAN/TSE/TJ-Programação de Sistemas/2012**

José Maria, nascido em dezembro de 1992, filho do Prefeito de Rio Novo, eleito para a gestão 2009/2012, possui domicílio eleitoral na cidade circunvizinha de Rio Doce e pretende se candidatar a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais de 2012. Em janeiro de 2011, José Maria contraiu núpcias com Maria Rita, vereadora do município de Rio Bonito. Em fevereiro de 2011, a vereadora Maria Rita foi eleita Presidente da Câmara de seu município e, em julho de 2011, separou-se de fato de José Maria. No mês seguinte, José Maria finalizou o curso técnico em Topografia e constituiu união estável com Adriana Cláudia, servidora pública efetiva do município de Rio Novo. Em janeiro de 2012, o prefeito de Rio Novo veio a falecer. Permanecendo a situação acima descrita com todos os vínculos dos envolvidos acima mantidos (civil, funcional e eleitoral), e tendo todos os três municípios menos de 10.000 habitantes, conforme último censo divulgado.

José Maria poderá candidatar-se a prefeito em 2012 em pelo menos uma das três cidades citadas?

a) Sim.

b) Não.

GABARITO: B

Gabarito

Q1. ANULADA	Q28. D	Q55. ANULADA
Q2. C	Q29. B	Q56. B
Q3. A	Q30. E	Q57. D
Q4. C	Q31. D	Q58. B
Q5. C	Q32. E	Q59. A
Q6. A	Q33. B	Q60. D
Q7. D	Q34. C	Q61. C
Q8. D	Q35. B	Q62. D
Q9. D	Q36. B	Q63. B
Q10. C	Q37. B	Q64. A
Q11. ANULADA	Q38. D	Q65. A
Q12. B	Q39. E	Q66. D
Q13. B	Q40. B	Q67. B
Q14. C	Q41. B	Q68. A
Q15. B	Q42. B	Q69. A
Q16. A	Q43. D	Q70. B
Q17. A	Q44. C	Q71. B
Q18. D	Q45. C	Q72. A
Q19. D	Q46. D	Q73. B
Q20. ANULADA	Q47. B	Q74. A
Q21. C	Q48. A	Q75. A
Q22. A	Q49. B	Q76. C
Q23. C	Q50. C	Q77. A
Q24. A	Q51. D	Q78. D
Q25. B	Q52. B	Q79. B
Q26. C	Q53. C	Q80. B
Q27. D	Q54. C	